

Aula 11 – O Caminho para a Redemocratização: Figueiredo e os Movimentos Sociais

Você já parou para pensar como o Brasil deixou para trás um período de autoritarismo e abraçou a democracia? A transição não foi um evento isolado, mas um processo complexo, repleto de tensões, negociações e, acima de tudo, a mobilização de milhões de brasileiros. Compreender esse período é fundamental não apenas para quem busca aprofundar seus conhecimentos em História do Brasil Contemporâneo, mas para qualquer cidadão que deseja entender as raízes da nossa democracia atual e os desafios que ainda enfrentamos.

Nesta aula, embarcaremos em uma jornada pelos anos finais do regime militar, focando no governo do General João Figueiredo e na efervescência dos movimentos sociais que pavimentaram o caminho para a redemocratização. Você descobrirá como a Lei da Anistia, a crise econômica e o surgimento de um "novo sindicalismo" se entrelaçaram para criar um cenário de profundas transformações. Além disso, analisaremos a reforma partidária que redesenhou o mapa político brasileiro e a icônica campanha das "Diretas Já", um marco na participação popular.

Ao final desta aula, você será capaz de identificar os principais atores e eventos que marcaram a transição democrática brasileira, analisar a complexidade da Lei da Anistia de 1979 e seus desdobramentos, e compreender o papel crucial dos movimentos sociais e da crise econômica na aceleração do processo de abertura política. Prepare-se para conectar o passado ao presente e perceber como as escolhas daquela época ainda ressoam em nosso cotidiano.

Para quem busca horas complementares ou certificação para concursos, este conteúdo oferece uma base sólida e atualizada, fundamentada em análises historiográficas recentes. É uma oportunidade de não apenas cumprir um requisito, mas de realmente absorver um conhecimento que enriquece sua visão de mundo e sua capacidade de interpretar os fenômenos políticos e sociais do Brasil.

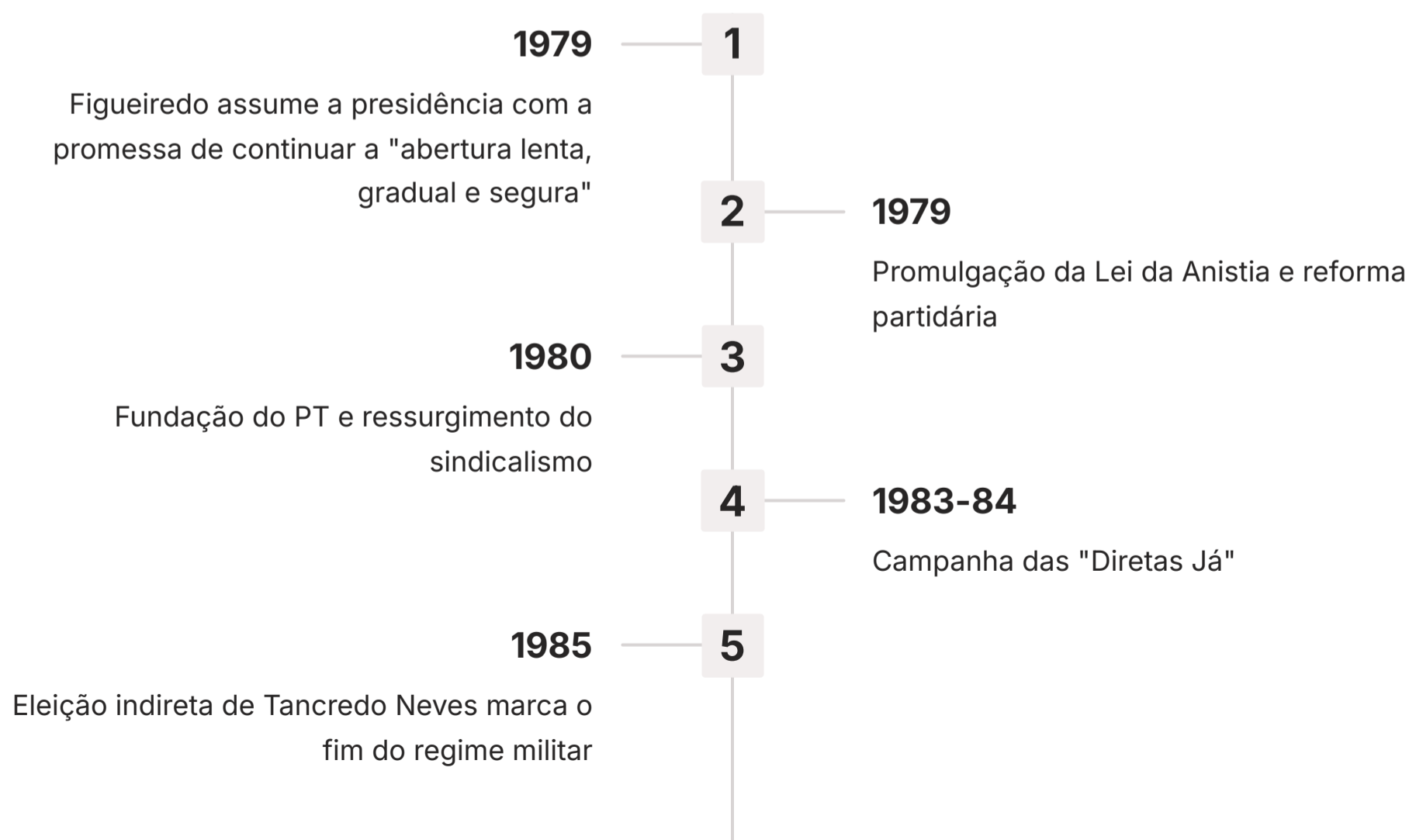
O Último General-Presidente e o Início da Abertura

Imagine um país que, após mais de uma década de governo militar, começa a sentir os primeiros sinais de uma mudança, ainda que lenta e controlada. Essa era a atmosfera no Brasil quando o General João Batista Figueiredo assumiu a presidência em 1979. Ele chegou ao poder com a promessa de dar continuidade à "abertura lenta, gradual e segura" iniciada por seu antecessor, Ernesto Geisel. A ideia era descompressão política, mas sem perder o controle do processo.

O desafio de Figueiredo era imenso: como conduzir uma transição democrática sem que o regime militar perdesse completamente sua influência ou fosse responsabilizado pelos excessos do passado? Era como tentar esvaziar um balão muito cheio sem que ele estourasse. A sociedade, por sua vez, estava cada vez mais impaciente, e as pressões por mais liberdade e justiça social se intensificavam.

Apesar das promessas de abertura, o governo Figueiredo enfrentou uma série de dilemas. A economia brasileira, que havia experimentado um "milagre" nos anos anteriores, começava a dar sinais de esgotamento, com o aumento da dívida externa e a inflação galopante. Esse cenário econômico adverso, somado à crescente insatisfação popular, criava um caldeirão de tensões que exigia respostas rápidas e eficazes.

A figura de Figueiredo, um militar com um estilo mais "popular" e que chegou a declarar que preferia "cheiro de cavalo a cheiro de povo", paradoxalmente, seria o responsável por dar os passos decisivos para o fim do regime. Sua gestão foi marcada por uma série de reformas que, intencionalmente ou não, abriram espaço para o fortalecimento da sociedade civil e o ressurgimento da política partidária.



A Lei da Anistia de 1979: Entre o Perdão e o Esquecimento

Um dos primeiros e mais emblemáticos atos do governo Figueiredo foi a promulgação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979. Mas, o que realmente significou essa lei para o Brasil da época? A anistia era uma demanda antiga e crescente de diversos setores da sociedade, especialmente de familiares de presos políticos, exilados e desaparecidos. Havia uma forte pressão para que a lei fosse "ampla, geral e irrestrita", ou seja, que perdoasse todos os crimes políticos, sem exceção.

No entanto, a versão final da lei, aprovada pelo Congresso Nacional, carregava uma complexidade que geraria debates por décadas. Ela de fato anistiava os que haviam cometido crimes políticos ou conexos, permitindo o retorno de exilados e a libertação de presos. Mas, e aqui reside o ponto crucial, ela também anistiava os agentes do Estado que haviam cometido crimes de tortura, assassinato e desaparecimento forçado em nome da "segurança nacional". Era como uma moeda com duas faces: de um lado, a esperança de reencontro e reconciliação; do outro, a impunidade para os violadores de direitos humanos.

Essa "autoanistia" gerou e ainda gera muita controvérsia. Para muitos, foi um pacto necessário para garantir uma transição pacífica, evitando rupturas violentas. Para outros, representou um "esquecimento forçado" que impediu a plena responsabilização pelos crimes da ditadura e a construção de uma memória histórica mais justa. A Lei da Anistia, portanto, não foi apenas um ato legal, mas um divisor de águas que moldou a forma como o Brasil lidaria com seu passado autoritário.

A discussão sobre a Lei da Anistia é um exemplo claro de como decisões políticas do passado continuam a ter impacto no presente. Para um candidato a concurso público, entender as nuances dessa lei é crucial para analisar questões sobre direitos humanos, justiça de transição e o papel do Estado. Para o estudante universitário, é uma oportunidade de aprofundar o pensamento crítico sobre a construção da memória nacional.

Anistia para Exilados e Presos Políticos

Permitiu o retorno de milhares de brasileiros que estavam no exílio e a libertação de presos políticos, reintegrando-os à sociedade.

Anistia para Agentes do Estado

Também anistiou militares e agentes que cometeram crimes de tortura e assassinato em nome da "segurança nacional".

Impacto na Justiça de Transição

Impediu a responsabilização pelos crimes da ditadura, criando um "esquecimento forçado" que ainda gera debates sobre memória e justiça.

O Impacto da Anistia e as Feridas Abertas

A promulgação da Lei da Anistia de 1979 teve um impacto imediato e profundo na sociedade brasileira. De repente, milhares de exilados políticos, que viviam longe de suas famílias e de seu país há anos, puderam retornar. A emoção dos reencontros nos aeroportos e nas ruas era palpável, e as imagens desses momentos se tornaram símbolos da esperança de um novo tempo. Para muitos, era o fim de um pesadelo e o início de uma nova fase de liberdade.

No entanto, a anistia não curou todas as feridas. A volta dos exilados trouxe à tona as histórias de perseguição, tortura e desaparecimento, que haviam sido silenciadas por anos. A sociedade começou a confrontar a brutalidade do regime militar de uma forma mais aberta, e as discussões sobre justiça e reparação ganharam força. Era como se uma tampa tivesse sido levantada, revelando o que estava escondido sob a superfície.

Apesar de ter sido um passo fundamental para a redemocratização, a Lei da Anistia também deixou um legado de impunidade para os agentes do Estado que cometeram crimes contra a humanidade. Essa lacuna na responsabilização é um dos pontos mais sensíveis da transição brasileira e continua sendo objeto de debate e luta por parte de movimentos sociais e familiares de vítimas. A ausência de uma "justiça de transição" mais robusta, que incluísse a punição dos torturadores, é frequentemente apontada como um fator que contribuiu para a persistência de certas práticas autoritárias e para a dificuldade em lidar com a violência de Estado no Brasil contemporâneo.

Compreender o impacto da Lei da Anistia é essencial para analisar a complexidade da nossa democracia. Ela mostra que a transição não foi perfeita, mas um processo de negociações e concessões, com consequências que se estendem até os dias de hoje. Para quem estuda para concursos, essa é uma área rica para questões sobre direitos humanos, memória e justiça.

Consequências Positivas

- Retorno de exilados políticos
- Libertação de presos políticos
- Reencontros familiares
- Início da reconstrução democrática
- Abertura para discussão sobre o passado

Consequências Problemáticas

- Impunidade para torturadores
- Ausência de justiça para vítimas
- Dificuldade na construção da memória
- Persistência de práticas autoritárias
- Debates inconclusos sobre reparação

"A Lei da Anistia foi um passo necessário para a redemocratização, mas deixou feridas abertas que ainda não cicatrizaram completamente na sociedade brasileira."

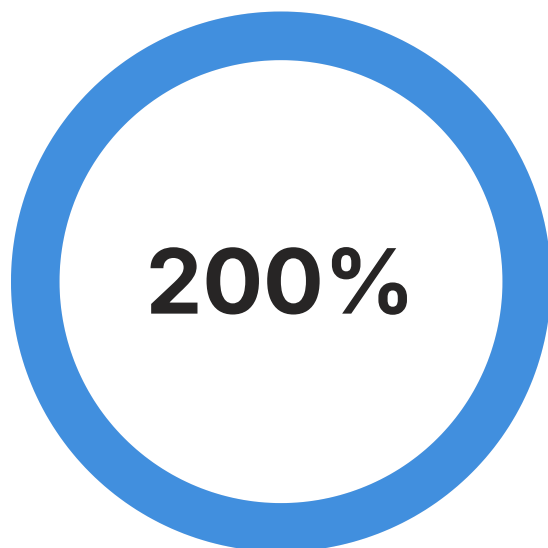
A Crise Econômica e o Despertar Social

Enquanto a abertura política dava seus primeiros passos, o Brasil enfrentava uma das mais severas crises econômicas de sua história. O "milagre econômico" dos anos anteriores havia sido construído sobre uma base de endividamento externo massivo, e a conta começou a chegar no final dos anos 1970 e início dos 1980. A inflação disparou, o desemprego aumentou e o poder de compra da população despencou. Era como um barril de pólvora prestes a explodir.

Essa crise não era apenas um problema técnico de números e balanços; ela se traduzia diretamente na vida das pessoas. Famílias lutavam para colocar comida na mesa, os salários não acompanhavam a alta dos preços, e a incerteza sobre o futuro era generalizada. A insatisfação econômica se somava à demanda por liberdade política, criando um ambiente propício para a mobilização social.

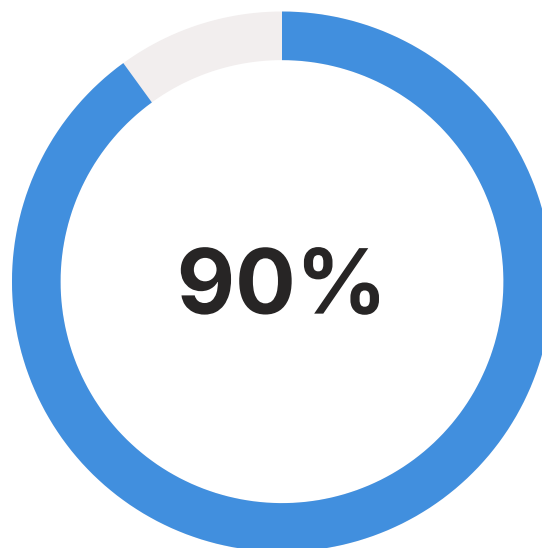
A população, antes mais passiva sob o regime militar, começou a se organizar e a protestar de diversas formas. As filas nos supermercados, as discussões sobre o custo de vida e a dificuldade de acesso a serviços básicos se tornaram catalisadores para a ação coletiva. A crise econômica, portanto, não foi apenas um pano de fundo, mas um motor poderoso que impulsionou a sociedade a exigir mudanças.

Essa conexão entre a economia e a política é um conceito fundamental para entender a história do Brasil. A crise não só expôs as fragilidades do modelo econômico adotado pelo regime militar, mas também fortaleceu a percepção de que a solução para os problemas do país passava necessariamente pela redemocratização e pela participação popular. É um lembrete de que a economia não é um campo isolado, mas profundamente interligado com as dinâmicas sociais e políticas.



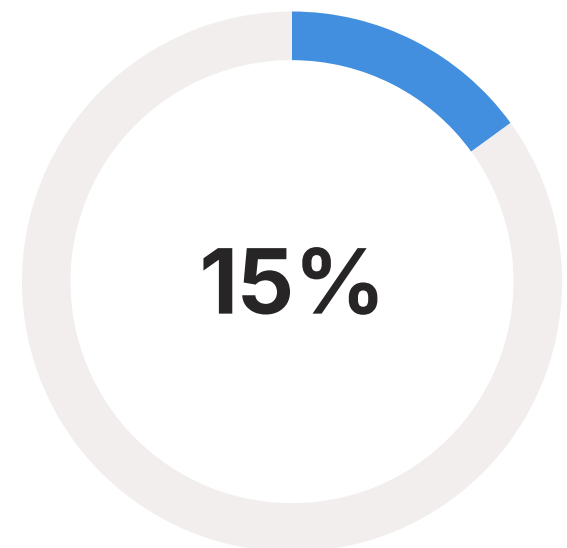
Inflação Anual

A inflação chegou a ultrapassar 200% ao ano no início dos anos 1980, corroendo o poder de compra da população.



Dívida Externa

A dívida externa brasileira cresceu cerca de 90% entre 1979 e 1985, comprometendo a economia nacional.



Desemprego

O desemprego atingiu níveis alarmantes, especialmente nas regiões industriais, gerando insatisfação generalizada.

O "Novo Sindicalismo" e a Força das Ruas

No epicentro da crise econômica e da efervescência social, emergiu um fenômeno que mudaria para sempre o cenário político brasileiro: o "novo sindicalismo". Diferente do sindicalismo "pelego" (subordinado ao Estado) que predominou durante o regime militar, essa nova corrente era autônoma, combativa e profundamente ligada às bases operárias. Seu berço foi o ABC Paulista, região industrial que concentrava grandes montadoras e um vasto contingente de trabalhadores.

Liderados por figuras carismáticas como Luiz Inácio Lula da Silva, os metalúrgicos do ABC iniciaram uma série de greves históricas a partir de 1978. Essas greves não eram apenas por melhores salários; elas questionavam a própria estrutura de poder nas fábricas e na sociedade. Era como uma semente que brotava no asfalto, mostrando que, mesmo sob um regime autoritário, a capacidade de organização e resistência popular era imensa.

O "novo sindicalismo" trouxe consigo uma nova forma de fazer política. As assembleias de trabalhadores, muitas vezes realizadas em estádios de futebol devido ao grande número de participantes, se tornaram verdadeiros fóruns de debate e decisão. A pauta não se limitava às questões trabalhistas, mas se estendia a demandas por democracia, liberdade e justiça social. Essa mobilização sindical foi crucial para pressionar o regime e mostrar a força da sociedade civil organizada.

A atuação desses sindicatos e de seus líderes foi um catalisador para a formação de novos partidos políticos e movimentos sociais. Eles não apenas lutavam por direitos trabalhistas, mas também por uma sociedade mais justa e democrática. Para quem estuda a história do Brasil, o "novo sindicalismo" é um exemplo vívido de como a organização popular pode ser um motor de transformação social e política, um legado que ainda influencia o ativismo contemporâneo.



Origem nas Fábricas

Surgiu nas grandes montadoras do ABC Paulista, questionando as condições de trabalho e os baixos salários em meio à crise econômica.



Mobilização de Massa

Organizou assembleias gigantescas em estádios, demonstrando grande capacidade de mobilização e conscientização dos trabalhadores.



Ampliação da Pauta

Expandiu suas demandas para além de questões salariais, incluindo liberdades democráticas e justiça social na agenda de luta.



Impacto Político

Contribuiu decisivamente para a formação do PT e outros movimentos sociais, redefinindo o cenário político brasileiro.

A Reforma Partidária: Um Novo Cenário Político

Com a Lei da Anistia e a crescente pressão por abertura, o governo Figueiredo percebeu que o sistema bipartidário imposto pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 1965 – com a ARENA (partido governista) e o MDB (oposição "permitida") – já não se sustentava. Era preciso criar um novo tabuleiro de xadrez político, com novas peças, para tentar controlar o processo de transição e, ao mesmo tempo, dar vazão às demandas da sociedade. Assim, em 1979, foi promulgada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que extinguiu a ARENA e o MDB e permitiu a criação de novas legendas.

Essa reforma não foi um ato de benevolência, mas uma estratégia para fragmentar a oposição e diluir sua força. No entanto, o tiro saiu pela culatra. A extinção do MDB, que havia se tornado um grande guarda-chuva para diversas correntes de oposição, deu origem a uma série de novos partidos que representavam diferentes matizes ideológicos e sociais. Foi um momento de efervescência política, onde novas identidades partidárias começaram a se consolidar.

Dessa reforma, surgiram partidos que se tornariam protagonistas da Nova República. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro do MDB, manteve sua força e se tornou um dos maiores partidos do país. O Partido dos Trabalhadores (PT), nascido do "novo sindicalismo" e dos movimentos sociais, representava uma nova força de esquerda. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, resgatava a tradição trabalhista de Getúlio Vargas e João Goulart. E o Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da ARENA, tentava manter a base de apoio do regime.

A reforma partidária, portanto, não foi apenas uma mudança de nomes, mas uma reconfiguração profunda do sistema político brasileiro. Ela permitiu que novas vozes e projetos políticos ganhassem espaço, preparando o terreno para a disputa democrática que viria a seguir. Compreender a origem desses partidos é crucial para entender a dinâmica política atual do Brasil.

Partido	Origem	Ideologia	Principais Lideranças
PMDB	Herdeiro do MDB	Centro/Centro-esquerda	Ulysses Guimarães, Tancredo Neves
PT	Novo sindicalismo e movimentos sociais	Esquerda	Luiz Inácio Lula da Silva
PDT	Tradição trabalhista	Centro-esquerda	Leonel Brizola
PDS	Herdeiro da ARENA	Direita/Conservador	Paulo Maluf, Aureliano Chaves

Partidos em Construção: Ideologias e Lideranças

A reforma partidária de 1979 abriu as portas para um cenário político mais plural, mas também mais complexo. Cada um dos novos partidos que surgiram ou se consolidaram nesse período carregava consigo uma história, uma ideologia e um conjunto de lideranças que moldariam o futuro do Brasil. Entender essas diferenças é como observar as peças de um quebra-cabeça se encaixando para formar uma nova imagem.

O **PMDB** (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) emergiu como a principal força de oposição ao regime, reunindo em suas fileiras uma vasta gama de políticos de centro e centro-esquerda que haviam atuado no antigo MDB. Sua força residia na capilaridade e na capacidade de aglutinar diferentes interesses regionais e setoriais. Lideranças como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves seriam cruciais em sua trajetória.

Em contraste, o **PT** (Partido dos Trabalhadores) nasceu com uma proposta mais radical, fruto da articulação entre o "novo sindicalismo" do ABC, intelectuais de esquerda, setores da Igreja Católica progressista e movimentos sociais. Sua bandeira era a defesa dos trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com forte crítica ao capitalismo e ao autoritarismo. Luiz Inácio Lula da Silva foi a figura central desde sua fundação.

O **PDT** (Partido Democrático Trabalhista), por sua vez, representava a retomada do trabalhismo histórico, com Leonel Brizola como seu grande expoente. O partido buscava resgatar as bandeiras de Getúlio Vargas e João Goulart, defendendo a soberania nacional, a justiça social e um Estado forte e atuante.

Por fim, o **PDS** (Partido Democrático Social) era a tentativa do regime militar de manter sua base de apoio e influência. Herdeiro da ARENA, o partido reunia políticos conservadores e liberais, muitos deles ligados aos setores econômicos e militares que apoiaram a ditadura.

PMDB

Ideologia: Centro/Centro-esquerda

Base: Herdeiro do MDB, ampla base regional

Lideranças: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves

Proposta: Redemocratização gradual, conciliação nacional

PT

Ideologia: Esquerda/Socialista

Base: Sindicalismo, movimentos sociais, intelectuais

Lideranças: Luiz Inácio Lula da Silva

Proposta: Transformação social, participação popular

PDT

Ideologia: Centro-esquerda/Trabalhista

Base: Tradição trabalhista histórica

Lideranças: Leonel Brizola

Proposta: Nacionalismo, desenvolvimentismo

PDS

Ideologia: Direita/Conservador

Base: Herdeiro da ARENA, apoiadores do regime

Lideranças: Paulo Maluf, Aureliano Chaves

Proposta: Continuidade com reformas limitadas

Essa diversidade partidária foi essencial para a vitalidade da redemocratização, permitindo que diferentes visões de país fossem representadas e disputadas no campo político.

A Campanha das "Diretas Já": O Grito Popular

Se a Lei da Anistia e a reforma partidária foram passos importantes, a campanha das "Diretas Já" foi o verdadeiro tsunami de mobilização popular que varreu o Brasil entre 1983 e 1984. O que começou como uma proposta de emenda constitucional, apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, para restabelecer as eleições diretas para presidente da República, rapidamente se transformou em um movimento nacional sem precedentes.

Milhões de brasileiros, de todas as classes sociais e regiões, foram às ruas para exigir o direito de escolher seu próprio presidente. Era como uma onda gigante que crescia a cada dia, arrastando consigo a esperança de um país mais democrático. Artistas, intelectuais, sindicalistas, estudantes, políticos e cidadãos comuns se uniram em comícios gigantescos, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A campanha das "Diretas Já" não foi apenas um movimento político; foi um fenômeno cultural. Músicas, slogans e símbolos se espalharam por todo o país, criando uma atmosfera de festa cívica e de união em torno de um objetivo comum. As pessoas, cansadas de anos de autoritarismo, sentiam que era o momento de tomar as rédeas do seu próprio destino. A demanda por eleições diretas era a síntese do desejo de participação e de fim do regime militar.

Essa mobilização massiva mostrou a força da sociedade civil organizada e a capacidade do povo brasileiro de se unir em torno de uma causa. Para quem estuda para concursos, a campanha das "Diretas Já" é um exemplo clássico de movimento social de grande escala e seu impacto na política. Para o estudante universitário, é uma inspiração sobre o poder da cidadania ativa.

Origem da Campanha

Iniciada com a proposta da Emenda Dante de Oliveira em 1983, visando restabelecer eleições diretas para presidente.

Apoio Cultural e Midiático

Artistas, intelectuais e figuras públicas aderiram ao movimento, criando músicas, slogans e símbolos que se espalharam pelo país.

Mobilização Nacional

Cresceu rapidamente, com comícios em diversas cidades reunindo milhões de pessoas de todas as classes sociais.

Ápice do Movimento

Culminou em abril de 1984 com comícios históricos em São Paulo e Rio de Janeiro, reunindo mais de um milhão de pessoas cada.

"A campanha das 'Diretas Já' representou o maior movimento cívico da história brasileira, unindo o país em torno do sonho da democracia plena."

A Força das Ruas e a Derrota no Congresso

A campanha das "Diretas Já" atingiu seu ápice em abril de 1984, com comícios que reuniram milhões de pessoas em diversas capitais. A expectativa era imensa: a Emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas, seria votada no Congresso Nacional. A pressão popular era tamanha que parecia impossível que os parlamentares ignorassem o clamor das ruas.

No entanto, a história não termina aqui, e o desfecho foi um banho de água fria para os defensores das diretas. Apesar da mobilização sem precedentes, a emenda não conseguiu os dois terços dos votos necessários para ser aprovada. A derrota no Congresso, em 25 de abril de 1984, foi resultado de uma complexa articulação política do governo e de setores conservadores, que conseguiram manter a disciplina de seus votos e garantir a ausência de parlamentares favoráveis à emenda.

A frustração foi enorme. Era como se, depois de tanto esforço para empurrar uma porta pesada, ela se fechasse no último instante. Muitos se sentiram traídos pela classe política e desiludidos com o processo. Contudo, a derrota da emenda não significou o fim da luta pela democracia. Pelo contrário, ela redirecionou as energias da oposição para a eleição presidencial que se aproximava, que seria indireta, mas que agora contava com um cenário político completamente transformado pela força das ruas.

A campanha das "Diretas Já", mesmo com a derrota no Congresso, deixou um legado inquestionável. Ela demonstrou a maturidade política da sociedade brasileira, a capacidade de organização e a força da mobilização popular. Além disso, ela expôs as fissuras dentro do próprio regime e de seus apoiadores, que não conseguiram conter o ímpeto democrático. A semente da democracia havia sido plantada e regada por milhões de vozes.

A Votação da Emenda Dante de Oliveira

Em 25 de abril de 1984, o Congresso Nacional votou a Emenda Constitucional que propunha eleições diretas para presidente. Para ser aprovada, a emenda precisava de 320 votos favoráveis (dois terços dos 479 deputados).

O resultado final foi:

- **298 votos a favor** (22 votos a menos do que o necessário)
- 65 votos contra
- 3 abstenções
- 113 ausências (muitas estratégicas para evitar a aprovação)

Consequências da Derrota

Apesar da derrota parlamentar, a campanha das "Diretas Já" teve impactos profundos:

- Demonstrou a força da sociedade civil organizada
- Expôs as fissuras dentro do regime militar
- Redirecionou as energias para a eleição indireta de 1985
- Fortaleceu a oposição e enfraqueceu o governo
- Criou um ambiente favorável para a transição democrática
- Estabeleceu as bases para a futura Constituição de 1988

A Eleição Indireta de 1985: Um Fim Inesperado

Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, o caminho para a Presidência da República em 1985 seria, mais uma vez, por eleição indireta, através de um Colégio Eleitoral. Esse Colégio era composto por deputados federais, senadores e delegados das assembleias legislativas estaduais, e sua composição favorecia o PDS, o partido do governo. Parecia que o regime militar ainda teria a palavra final.

No entanto, a força das "Diretas Já" havia mudado o jogo. A oposição, liderada pelo PMDB, percebeu que a única chance de vitória seria atrair dissidentes do PDS. Foi nesse contexto que surgiu a chapa Tancredo Neves (PMDB) para presidente e José Sarney (PDS, mas dissidente) para vice. Sarney havia rompido com o PDS, liderando um grupo de parlamentares insatisfeitos com a continuidade do regime, formando a Frente Liberal. Era como um jogo de cartas marcadas que, de repente, virava de cabeça para baixo.

A candidatura de Tancredo Neves, um político experiente e moderado, com trânsito em diversas esferas, conseguiu aglutinar um amplo espectro de forças políticas, desde a esquerda até setores conservadores descontentes com o regime. A campanha de Tancredo, mesmo sendo indireta, ganhou as ruas e os corações dos brasileiros, que viam nele a personificação da esperança democrática.

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral votou, e o resultado foi histórico: Tancredo Neves e José Sarney venceram a chapa governista, marcando o fim de 21 anos de regime militar. A vitória da oposição, mesmo que por vias indiretas, foi a consagração da luta pela redemocratização e o início de uma nova era para o Brasil.

1

Formação da Aliança Democrática

Após a derrota das "Diretas Já", o PMDB se uniu a dissidentes do PDS (que formaram a Frente Liberal, futura PFL) para criar uma aliança capaz de vencer no Colégio Eleitoral.

2

A Chapa Tancredo-Sarney

Tancredo Neves, político moderado do PMDB com longa experiência, foi escolhido como candidato a presidente, enquanto José Sarney, ex-presidente do PDS que rompeu com o governo, foi indicado como vice.

3

A Campanha e Mobilização

Mesmo sendo uma eleição indireta, a campanha ganhou as ruas, com grande apoio popular. Tancredo tornou-se símbolo da esperança democrática e da conciliação nacional.

4

A Vitória no Colégio Eleitoral

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral votou, e Tancredo e Sarney venceram por 480 votos contra 180 da chapa governista de Paulo Maluf, marcando o fim formal do regime militar.

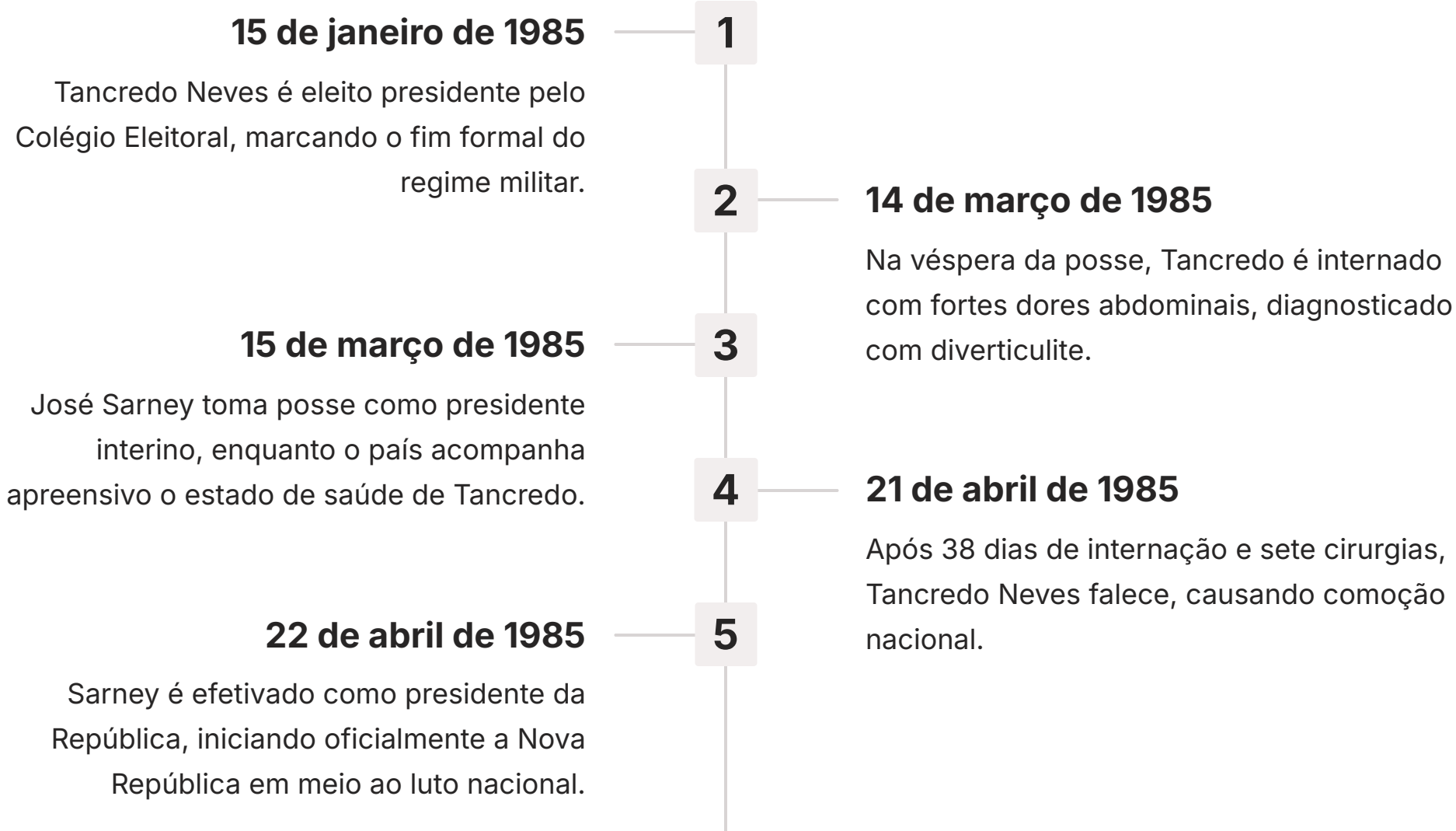
Tancredo Neves e a Transição Interrompida

A vitória de Tancredo Neves na eleição indireta de 1985 foi celebrada como o amanhecer de uma nova era. O Brasil se preparava para, finalmente, ter um presidente civil após mais de duas décadas de ditadura militar. A expectativa era imensa, e a posse de Tancredo, marcada para 15 de março de 1985, simbolizava a concretização de um sonho de milhões de brasileiros.

Contudo, o destino reservava um desfecho inesperado e trágico. Na véspera de sua posse, Tancredo Neves foi internado às pressas com um problema de saúde grave. O país inteiro acompanhou com apreensão o boletim médico, torcendo pela recuperação do presidente eleito. A comoção nacional era palpável, e a incerteza pairava sobre o futuro da transição democrática. Era como se a ponte para a democracia, recém-construída, estivesse prestes a desabar.

Após 38 dias de internação e uma série de cirurgias, Tancredo Neves faleceu em 21 de abril de 1985, sem ter tomado posse. Sua morte gerou uma onda de luto e consternação em todo o país. A transição democrática, tão aguardada e conquistada a duras penas, parecia agora suspensa no ar.

Com a morte de Tancredo, o vice-presidente eleito, José Sarney, assumiu a Presidência da República. Sarney, que havia sido um dos pilares do PDS (partido do regime) e só recentemente havia se aliado à oposição, enfrentou o desafio de conduzir o país em um momento de grande fragilidade política e emocional. Sua posse, embora constitucional, gerou debates sobre a legitimidade do processo e a continuidade da abertura. A transição democrática, que parecia ter chegado ao seu ápice com a eleição de Tancredo, revelou-se ainda mais complexa e cheia de reviravoltas.



O Fim do Ciclo Militar e o Legado da Redemocratização

A posse de José Sarney, mesmo sob o luto pela morte de Tancredo Neves, marcou o fim formal de 21 anos de regime militar no Brasil. Era o início da Nova República, um período de reconstrução democrática e de enfrentamento dos desafios deixados pela ditadura. A transição, embora não tenha sido perfeita e tenha deixado feridas abertas, representou um marco fundamental na história do país.

O legado do ciclo militar, no entanto, não se desfez da noite para o dia. A Nova República herdou uma série de problemas, como a alta inflação, a dívida externa e a necessidade de consolidar as instituições democráticas. Além disso, a sociedade precisava lidar com as consequências da violência e da repressão, buscando formas de construir a memória e a justiça para as vítimas do regime. Era como uma ponte que ligava dois mundos, o autoritário e o democrático, e que precisava ser atravessada com cautela.

A redemocratização, portanto, não foi apenas a saída dos militares do poder, mas um processo contínuo de aprendizado e de construção de uma cultura democrática. A liberdade de expressão, a pluralidade partidária, a organização de movimentos sociais e a realização de eleições diretas se tornaram pilares da nova ordem. Contudo, a "herança" do autoritarismo, como a persistência de certas práticas de violência policial e a dificuldade em lidar com a corrupção, continuaria a desafiar a jovem democracia brasileira.

Compreender esse período é crucial para analisar os desafios contemporâneos do Brasil. A forma como a redemocratização ocorreu, com suas negociações e pactos, moldou as instituições e a cultura política que temos hoje. Para o estudante e o concurseiro, essa análise permite uma visão mais crítica sobre a evolução do Estado brasileiro e os caminhos que ainda precisamos percorrer para fortalecer nossa democracia.



Conquistas Democráticas

- Retorno das eleições diretas em todos os níveis
- Liberdade de expressão e imprensa
- Pluralidade partidária
- Constituição Cidadã de 1988
- Fortalecimento dos movimentos sociais



Desafios Persistentes

- Impunidade pelos crimes da ditadura
- Persistência de práticas autoritárias
- Crise econômica herdada (inflação, dívida)
- Desigualdade social profunda
- Fragilidades institucionais

"A redemocratização brasileira não foi um evento, mas um processo contínuo que ainda hoje demanda vigilância e aperfeiçoamento. As escolhas feitas naquele período moldaram o Brasil contemporâneo, com suas virtudes e contradições."

Reflexões Historiográficas e Desafios Atuais

A história da redemocratização brasileira, como qualquer período complexo, é constantemente revisitada e reinterpretada por historiadores. As análises historiográficas recentes têm se aprofundado nas nuances da "abertura", questionando a ideia de um processo linear e consensual. Elas destacam a multiplicidade de atores envolvidos – não apenas os militares e políticos, mas também os movimentos sociais, a Igreja, a imprensa e a sociedade civil organizada – e as tensões e contradições que permearam cada etapa.

Hoje, debates acadêmicos exploram, por exemplo, o papel da sociedade civil na pressão pela abertura, a complexidade da Lei da Anistia e suas implicações para a justiça de transição, e as diferentes visões sobre o "pacto" que selou o fim do regime. Há um esforço em ir além da narrativa oficial, buscando vozes e perspectivas que foram silenciadas ou minimizadas. É como olhar para um quadro famoso sob uma nova iluminação, revelando detalhes antes despercebidos.

Conectando com as tendências de 2025, a compreensão desse período é mais relevante do que nunca. Em um cenário global de ascensão de populismos e desafios às democracias, visitar a transição brasileira nos ajuda a entender a fragilidade e a resiliência dos regimes democráticos. A análise das crises políticas e econômicas do passado oferece ferramentas para interpretar os desafios atuais, como a polarização política, a desinformação e as pressões sobre as instituições.

A historiografia atual nos convida a pensar criticamente: a redemocratização foi um processo "de cima para baixo" ou "de baixo para cima"? Quais foram os custos e os benefícios das escolhas feitas naquele momento? Essas perguntas não têm respostas simples, mas nos impulsionam a um estudo mais aprofundado e a uma reflexão contínua sobre o presente e o futuro do Brasil.

Perspectivas Historiográficas

Visão Institucional: Enfatiza o papel dos militares e políticos na condução da "abertura lenta, gradual e segura", destacando a transição negociada.

Visão dos Movimentos Sociais: Destaca o protagonismo da sociedade civil organizada na pressão por mudanças, vendo a redemocratização como conquista popular.

Visão Crítica da Transição: Questiona os limites da redemocratização, apontando as continuidades autoritárias e a ausência de justiça de transição plena.

Conexões com o Presente



Os debates sobre a qualidade da democracia brasileira, a polarização política e os desafios institucionais atuais têm raízes na forma como se deu a transição democrática nos anos 1980.

Reflexão para Concursos

Ao estudar a redemocratização brasileira, é fundamental compreender as diferentes interpretações historiográficas e suas implicações para a análise dos desafios democráticos contemporâneos. Questões de concursos frequentemente exploram essas nuances e pedem uma visão crítica sobre o processo.

Consolidação e Próximos Passos

Chegamos ao fim de nossa jornada pela transição democrática brasileira. Vimos como o governo Figueiredo, a Lei da Anistia, a crise econômica, o "novo sindicalismo", a reforma partidária e a campanha das "Diretas Já" se entrelaçaram para pavimentar o caminho para o fim do ciclo militar. A eleição indireta de Tancredo Neves e sua trágica morte, que levou José Sarney à presidência, marcaram o início da Nova República, um período de reconstrução e desafios.

Em prática: Compreender a redemocratização é essencial para analisar a formação dos partidos políticos atuais e as raízes de muitos debates contemporâneos. Para concursos, a capacidade de contextualizar eventos e personagens desse período é um diferencial. No dia a dia, essa compreensão aprimora sua leitura sobre as notícias e os rumos da política brasileira, tornando-o um cidadão mais consciente e crítico.

Lei da Anistia

Permitiu o retorno de exilados e libertação de presos políticos, mas também anistiou agentes do Estado.

Nova República

Iniciada com Sarney após a morte de Tancredo, marcou o fim formal do regime militar e o início da reconstrução democrática.

Diretas Já

Mobilização popular sem precedentes que, mesmo derrotada no Congresso, transformou o cenário político.

Crise Econômica

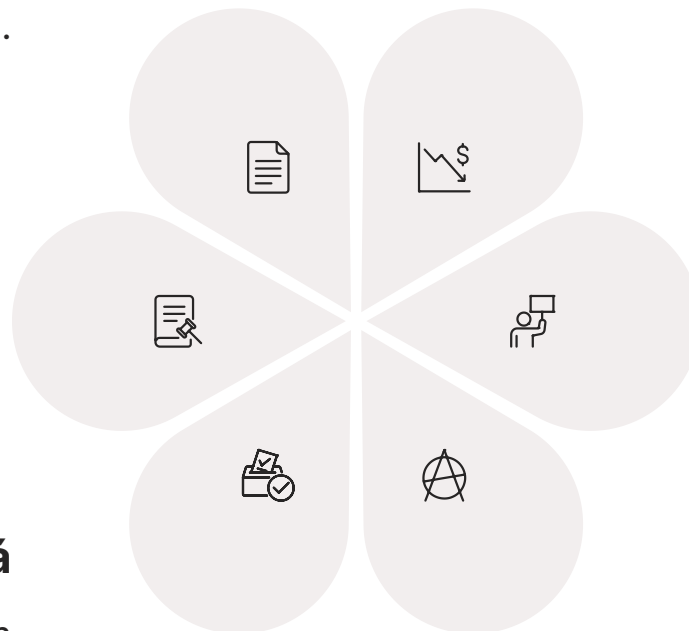
A inflação e o desemprego intensificaram a insatisfação popular e aceleraram o processo de abertura.

Novo Sindicalismo

Surgido no ABC Paulista, trouxe uma nova forma de mobilização social e política, questionando o regime.

Reforma Partidária

Criou um cenário político mais plural, com o surgimento de partidos que seriam protagonistas da Nova República.



A compreensão desse período histórico nos ajuda a valorizar as conquistas democráticas e a reconhecer os desafios que ainda persistem. A democracia brasileira, construída sobre as bases dessa transição complexa, continua sendo um projeto em constante aperfeiçoamento, que demanda participação ativa e vigilância constante de todos os cidadãos.

Autoavaliação

1. Qual foi o principal objetivo da Lei da Anistia de 1979, em sua versão final?

1. Punir todos os agentes do regime militar por crimes de tortura.
2. Perdoar apenas os crimes políticos cometidos por civis.
3. Anistiar crimes políticos e conexos, incluindo os cometidos por agentes do Estado.
4. Restabelecer imediatamente as eleições diretas para presidente.

2. O "novo sindicalismo", surgido no final dos anos 1970, caracterizou-se principalmente por:

1. Sua subordinação ao Estado e à legislação trabalhista vigente.
2. Apenas reivindicações salariais, sem pautas políticas.
3. Sua autonomia em relação ao Estado e a busca por pautas mais amplas, além das trabalhistas.
4. Ser um movimento exclusivamente rural, sem impacto nas cidades.

3. A campanha das "Diretas Já" (1983-1984) teve como principal objetivo:

1. Aumentar o salário mínimo e controlar a inflação.
2. Restabelecer as eleições diretas para presidente da República.
3. Promover uma reforma agrária em todo o país.
4. Exigir a permanência do regime militar no poder.

4. Apesar da massiva mobilização popular, a Emenda Dante de Oliveira, que propunha as "Diretas Já", foi derrotada no Congresso Nacional. Qual foi a principal consequência imediata dessa derrota para o processo de transição?

1. O adiamento da redemocratização por mais uma década.
2. A eleição presidencial de 1985 ocorreu de forma indireta.
3. O regime militar endureceu e fechou o Congresso.
4. O Brasil entrou em uma guerra civil.

5. Explique a importância da crise econômica do final dos anos 1970 e início dos 1980 para o processo de redemocratização brasileira.

Dica de Estudo

Ao responder questões sobre a redemocratização, lembre-se de contextualizar os eventos dentro do processo mais amplo de transição política e de considerar os múltiplos fatores (econômicos, sociais e políticos) que influenciaram esse período.

Gabarito

1. c)

2. c)

3. b)

4. b)

5. A crise econômica (inflação, dívida externa, desemprego) gerou grande insatisfação popular, que se somou às demandas por liberdade política. Essa insatisfação impulsionou a mobilização social, como as greves do "novo sindicalismo", e fortaleceu a percepção de que a redemocratização era necessária para resolver os problemas do país, pressionando o regime militar por mudanças.

1979

Lei da Anistia

Marco inicial da abertura política no governo Figueiredo

1983-84

Diretas Já

Maior mobilização popular da história brasileira

1985

Nova República

Fim formal do regime militar após 21 anos

✔ Parabéns!

Se você acertou todas as questões, demonstra um bom entendimento do processo de redemocratização brasileira. Caso tenha errado alguma, revise os conceitos correspondentes para fortalecer seu conhecimento.

Próxima Aula: Aula 12 – A Transição Democrática e o Governo Sarney

Exploraremos os desafios da Nova República, a Assembleia Nacional Constituinte e os primeiros anos da democracia.

Recursos Adicionais:

Livro

"A Ditadura Encurralada" (Elio Gaspari) – Para aprofundar nos bastidores da abertura.

Documentário

"O Dia que Durou 21 Anos" – Para visualizar o contexto da ditadura e a transição.

Artigos acadêmicos

Busque por "Lei da Anistia Brasil" ou "Diretas Já historiografia" em bases como Scielo ou Google Acadêmico – Para análises mais aprofundadas e debates recentes.

Prepare-se para nossa próxima aula, onde continuaremos nossa jornada pela história recente do Brasil, explorando como a jovem democracia enfrentou seus primeiros desafios sob o governo Sarney e como a Constituição de 1988 estabeleceu as bases para o Brasil contemporâneo.

Nota Importante

As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.

Atualização de Conteúdo

Este material é revisado periodicamente para garantir a precisão das informações históricas e sua relevância para concursos e estudos acadêmicos. A última atualização foi realizada em 2025.



Certificação

Este conteúdo pode ser utilizado para horas complementares em cursos de História, Ciências Sociais, Direito e áreas afins.



Bibliografia

Baseado em pesquisas historiográficas recentes e fontes primárias sobre o período da redemocratização brasileira.



Concursos

Conteúdo alinhado com os principais editais de concursos públicos nas áreas de História e Conhecimentos Gerais.

Agradecemos por acompanhar esta aula sobre o processo de redemocratização brasileira. Esperamos que o conteúdo tenha sido esclarecedor e que contribua para sua formação acadêmica e cidadã. Nos vemos na próxima aula!